



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 19

QUADRIÉNIO DE 2021 - 2025

(Artigo 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 29 DE ABRIL DE 2025**

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação; -----

--- **Ponto número três** - Análise, discussão e votação de proposta relativa aos documentos de prestação de contas do Município, referentes ao ano 2024; -----

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação relativas à proposta de atribuição da medalha de honra do Município ao Exército Português; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à autorização da Concessão do direito de utilização privativa do domínio público do Município de Trancoso, no âmbito do procedimento conjunto a promover pelas Aldeias Históricas de Portugal, para a instalação, manutenção e exploração de pontos de carregamento de veículos elétricos; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação relativas à proposta de alteração do artigo 1º dos Estatutos da PACETEG; -----

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação relativas à proposta de ratificação das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal de Trancoso, em 30/04/2024, a propósito da PACETEG; -----

--- **Ponto número oito** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro, a cada uma das Freguesias e União de Freguesia do concelho; -----

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por José Jorge dos Santos Carvalho, Patrícia Isabel Fernandes Ramos, substituída por António Augusto Gregório, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por Adérito Pires Correia, Patrícia Raquel Bernardo Ribeiro Lavoura, substituída por Cristina Maria Alexandre Leitão Cruz, Vera Lúcia Tomé Soares Martins e Fausto André Primo Frade, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, João António Santiago Fernandes Amado Caramelo, substituído por Célia Gravelho Cardoso, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, substituída por Hugo David da Silva Neves, João José Baptista de Sousa, substituído por Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais, Ana Francisca Torres Sarmento, substituída por Manuel José dos Santos Costa, membros da Coligação Sim, é

Possível, tendo sido estas faltas devidamente anotadas. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os Senhores Vereadores, Ana Luísa Monteiro do Couto, João José Martins Campos de Carvalho e António Cristóvão Ribeiro dos Santos. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, mencionando que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Cristina de Matos Sampaio e Melo Inocêncio, convidando para a substituir o Senhor Presidente de Junta de Palhais, João Alfredo Nascimento Santos. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a à discussão. -----

--- O Presidente da Mesa informou que não havendo intervenções iria ser colocada a ata a votação, tendo a mesma aprovada sido aprovada por unanimidade. De seguida, informou que se iria entrar no **Período de antes da ordem do dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que ao longo do tempo, tem vindo a alertar para a necessidade de tratar, com seriedade, a saúde no concelho de Trancoso, independentemente de quem esteja no Executivo — seja do Partido Social Democrata ou, atualmente, do Partido Socialista— não sendo aceitável desresponsabilizar-se numa área tão essencial como esta. Menciona ter defendido de forma persistente a manutenção dos Centros de Saúde em funcionamento, no entanto essa preocupação não tem sido correspondida, pois ainda na última semana, o Centro de Saúde de Trancoso esteve encerrado durante alguns períodos, considerando ainda mais grave, um aviso afixado, no Centro de Saúde de Vila Franca das Naves que irá estar encerrado até, pelo menos, julho de 2025. Isto deixa todos os utentes da zona sul do concelho privados de cuidados imediatos, obrigando-os a deslocações a Trancoso, com risco de encontrarem também esse centro encerrado, ou à Guarda, via INEM ou Bombeiros. Realçou que os encerramentos temporários, muitas vezes, antecedem encerramentos definitivos, esperando sinceramente que não seja esse o caso. Questionou o Executivo se tinha conhecimento da necessidade de obras nos centros de saúde? E, se sabia, porque não acautelou alternativas? E se não sabia, não deveria tê-lo previsto? Existiam várias alternativas para esse fim em Vila Franca das Naves: o Centro Cultural Miguel Madeira, o antigo edifício da Junta de Freguesia, as instalações da antiga Escola Primária e da Escola Básica, todas cedidas atualmente a associações, mas que poderiam ser disponibilizadas temporariamente, havendo ainda a hipótese, prática e económica, de instalar contentores, solução adotada noutros concelhos. Terminou questionando o Executivo se avaliou devidamente esta situação e quais foram as diligências feitas para garantir a continuidade do serviço de saúde à população? -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Cruz Gonçalves, abordando a situação da educação no concelho, tema que considera transversal a todo o país, referindo concretamente o desempenho da Escola Secundária onde nos rankings nacionais, recentemente publicados pela imprensa, nomeadamente pelo jornal *Expresso*, a escola aparece na 385.ª posição. Embora reconheça que os rankings têm limitações, sublinhou que são elaborados com base em parâmetros comuns para todos os estabelecimentos e, por isso, podem ser um indicador relevante da realidade, realçando que sem uma aposta séria na educação não haverá futuro para o país e que os jovens de hoje são os futuros responsáveis pela governação e

desenvolvimento nacional. Nesse sentido, defendeu um modelo de gestão escolar mais eficiente, menos burocrático e com dirigentes devidamente qualificados, preferencialmente com formação avançada em administração e gestão escolar. Com base na sua experiência de 11 anos no Conselho Municipal de Educação, expressou preocupação com o ambiente atual no Agrupamento de Escolas de Trancoso, referindo testemunhos de alunos e professores sobre a saída de docentes qualificados, o que terá causado quebras na aprendizagem e descontentamento. Sublinhou a necessidade de uma liderança escolar competente e de uma maior exigência na avaliação dos alunos, acompanhada de valorização e respeito pela classe docente. Terminou a intervenção evocando um excerto de um discurso da sua autoria, proferido nas comemorações do 25 de Abril de 2023, onde refletia sobre a democracia como um projeto em constante evolução, que exige escuta ativa, inclusão e participação cívica. Criticou, com tristeza, a fraca afluência de público ao anfiteatro durante essas comemorações, considerando isso um sinal preocupante de desinteresse cívico. Fez ainda referência à sua própria vivência e participação nas lutas académicas de 1969 e na oposição ao regime do Estado Novo, reafirmando o seu compromisso com os valores da democracia, da liberdade e da cidadania ativa. Apelou, por fim, à união de esforços de todos os eleitos e munícipes no sentido de reforçar o envolvimento da população na vida democrática e no exercício dos seus direitos de cidadania. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, referindo ter tomado conhecimento mais aprofundado da situação do encerramento temporário do Centro de Saúde de Vila Franca das Naves, após a intervenção do Deputado João Rafael e informações já anteriormente partilhadas pelo Senhor Presidente da Junta. Considerou positivo que estejam previstas obras de requalificação, o que, à partida, indicará a intenção de manter o serviço em funcionamento, no entanto, alertou para o risco, com base na experiência, de encerramentos temporários se tornarem definitivos, devido a atrasos, burocracias e dificuldades nos processos de reabertura. Manifestou preocupação com o enfraquecimento progressivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em contraste com o crescimento do setor privado, exemplos concretos da realidade daquilo que acontece em Viseu. Questionou por que razão as obras só agora serão realizadas, sugerindo que deveriam ter sido iniciadas com maior antecedência. Chamou a atenção para o impacto da suspensão dos serviços na vida dos utentes, salientando que não é comparável ter um centro de saúde local ou ter de se deslocar a Trancoso ou à Guarda. Realçou que existem alternativas viáveis em Vila Franca das Naves para a instalação provisória do serviço, apesar das dificuldades legais e técnicas associadas. Apelou ao Executivo Municipal para que empregasse todos os esforços junto das entidades competentes, com vista à manutenção da prestação de cuidados de saúde no local, mesmo que em instalações provisórias, alertando que a interrupção do serviço pode representar o início do seu desaparecimento definitivo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Clemente, enaltecendo as comemorações do 25 de Abril no concelho de Trancoso, destacando o dinamismo do movimento associativo local, que promoveu diversas iniciativas nas semanas da Páscoa e do 25 de Abril. Referiu o envolvimento de várias associações, como as Naves XXI em Vila Franca das Naves, os Motards Del Rey, os Bombeiros Voluntários de Trancoso, os Bandarras com o Giro D'El Rei, os Roda Miness com a habitual visita a Fátima, a ACRT com a sua atividade

sobre o 25 de abril, entre outras, reconhecendo o seu contributo para a vivência ativa da cidadania e da democracia. No âmbito das comemorações do 25 de Abril na Assembleia Municipal, sublinhou que todos os eleitos presentes o são graças à liberdade conquistada com a Revolução dos Cravos. Apesar da qualidade e significado de todas as intervenções, destacou a da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Nova, que abordou um tema relevante e que merece uma reflexão cuidada. Considerou que a ausência reiterada de muitos eleitos nesta data simbólica constitui um desrespeito para com os valores democráticos e apelou a uma reflexão coletiva sobre esta postura. Abordou a polémica gerada em torno da nova instalação artística colocada na rotunda dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, reconhecendo que inicialmente também estranhou o desenvolvimento da obra, mas defendeu que a avaliação de uma intervenção artística deve ser feita após a sua conclusão. Considerou que o elemento agora instalado, associado aos Bombeiros, tem uma carga simbólica relevante e contribui para a valorização do espaço público. Alertou para a relatividade da perceção estética e a subjetividade da arte, dando como exemplo uma conhecida instalação contemporânea de “Maurizio Cattelan”, uma banana colada a uma parede com fita adesiva, adquirida por seis milhões de euros, para ilustrar a diversidade de interpretações e critérios artísticos. Concluiu manifestando o seu apreço pela obra, felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela escolha da instalação, a qual considerou dignificadora para os Bombeiros Voluntários de Trancoso e para o Município. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionando as intervenções efetuadas pelos deputados José Clemente e Mário Gonçalves, sobre a reduzida presença na sessão evocativa do 25 de Abril, explicando que apesar de dar grande importância à data e raramente faltar a este tipo de cerimónias, não pôde estar presente, este ano por motivos pessoais, pois participou num almoço com colegas socialistas de Oliveira de Frades e São Pedro do Sul, o que acabou por inviabilizar o regresso a tempo da sessão, apesar da intenção de comparecer. Reforçou que o 25 de Abril tem para si um significado incomensurável, comparando-o, pela sua importância histórica, a outras datas marcantes da história de Portugal, terminando com uma mensagem sentida: “só se esquece o 25 de Abril quem não viveu o 24 de Abril”. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, sentindo-se, particularmente, tocado pelas críticas dirigidas à sua avaliação sobre a escultura instalada na rotunda de homenagem aos Bombeiros Voluntários de Trancoso. Referiu que a arte e a cultura devem ser avaliadas de forma democrática e plural, mas sublinhou a importância de fundamentar as críticas com conhecimento de causa. Recordou que é da área artística e que as suas declarações anteriores foram feitas nesse contexto, com intenção de contribuir construtivamente. Esclareceu que nunca criticou a escultura em si, nem o processo artístico ou produtivo, referindo inclusive o exemplo do artista “Marcel Duchamp”, que inverteu um urinol, e lhe chamou de fonte, para sublinhar a subjetividade da arte contemporânea. Reiterou que a sua principal crítica incide sobre a localização da escultura na rotunda, que considera insegura, pouco visível e inadequada à digna homenagem que deve ser prestada aos Bombeiros. Falou também com conhecimento de causa, dado o seu percurso de 35 anos como bombeiro e formador, reforçando que respeita profundamente os Bombeiros Voluntários de Trancoso e os Bombeiros em geral. A sua crítica incide unicamente sobre o custo da obra, no valor de 104.000,00€ (cento e quatro mil euros com IVA incluído), considerando-o elevado e pedindo

esclarecimentos sobre a distribuição dos custos. Apontou ainda que, tratando-se de uma obra com assinatura de artista, o IVA seria significativamente inferior (cerca de 6% a 7%) e que o próprio artista seria responsável pela sua instalação, o que poderia ter reduzido os encargos com serviços contratados a empresas externas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Clemente, pedindo desculpa caso os seus anteriores comentários tenham ofendido alguém, esclarecendo que a sua intenção foi apenas referir que, tanto nas redes sociais como na última Assembleia, antes da conclusão da obra, já havia críticas negativas à escultura em causa. Considerou isso legítimo, mas destacou que, na sua opinião, a intervenção feita na última sessão desvalorizou a obra antes de estar finalizada. Defendeu que, tecnicamente, a obra foi devidamente implementada, confiando no trabalho de engenheiros, arquitetos e outros técnicos responsáveis. Quanto ao valor da obra, reconheceu que 100.000,00€ (cem mil euros), é um montante significativo, mas observou que no universo da arte contemporânea há obras ainda mais dispendiosas, como o exemplo de uma banana avaliada em seis milhões de euros. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município, referiu com satisfação o ambiente positivo após as comemorações do 25 de Abril de 2025, que considerou como sendo as mais participadas e dignas dos últimos anos. Destacou a elevada adesão popular e associativa, nomeadamente através da chegada do Grande Prémio do Jornal “O Jogo”, do concerto na noite de 24 de abril, da sessão evocativa no Convento dos Frades, da Corrida da Liberdade, da peça de teatro promovida pela ACRT e dos torneios desportivos com o apoio da Associação de Futebol da Guarda, bem como a inauguração de um Jardim em homenagem ao Tenente-Coronel paraquedista António Joaquim Ramos, promovida pela União de Freguesias de Vilares e Carniçais. Sobre as questões relacionadas com a saúde, reforçou que esta é uma competência do Ministério da Saúde e da ULS da Guarda, mas que a Câmara Municipal tem colaborado ativamente, com a disponibilização de um motorista e uma viatura ao Centro de Saúde de Trancoso. Manifestou preocupação com o encerramento pontual do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) de Trancoso, que entre maio e dezembro de 2024, totalizou 32 dias e de 01 de janeiro até 9 de maio de 2025, já conta com 34 dias de encerramento. Informou que tem mantido contacto com os responsáveis da ULS da Guarda, através de telefonemas, e-mails e reuniões. Relativamente às obras de requalificação do Centro de Saúde de Vila Franca das Naves, esclareceu que a Câmara Municipal não recebeu qualquer comunicação formal da ULS ou do Ministério da Saúde, tendo tomado conhecimento do início da obra apenas por via verbal, através do Dr. João Guerra e do Presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, apesar disso, a Câmara já identificou e disponibilizou espaços alternativos, nomeadamente um apartamento municipal com condições adequadas, que foi visitado e validado pelo próprio coordenador do Centro de Saúde, como sendo mais funcional do que as atuais instalações. No que respeita à educação, afirmou que a Câmara Municipal tem demonstrado total disponibilidade para colaborar com as escolas e com os alunos, sublinhando a prioridade que é dada à educação no concelho. Referiu os apoios prestados nas áreas dos transportes escolares, alimentação, manuais escolares, bem como o esforço desenvolvido para a construção e manutenção de infraestruturas como o Centro Escolar da Ribeirinha. Informou que será agendada

brevemente uma reunião do Conselho Municipal de Educação, onde serão debatidos os rankings escolares e outras matérias relevantes, conforme sugerido pelos deputados municipais. Manifestou satisfação com o envolvimento da população nas comemorações do 25 de Abril, lamentando apenas a reduzida presença de deputados municipais na sessão evocativa, ainda que a mesma tenha decorrido com elevada participação cidadã e qualidade nas intervenções. Quanto às observações feitas sobre a rotunda de homenagem aos Bombeiros Voluntários de Trancoso, evitou tecer comentários sobre gostos pessoais, afirmando que a arte e a cultura são naturalmente subjetivas, mas reafirmando, que Trancoso possui algumas das rotundas mais bonitas do país e do mundo, destacando as que já atraem turistas, como a da Batalha de Trancoso, a do Chafariz do Vento com a réplica das Portas d'El Rei e agora também a nova rotunda dos Bombeiros. Concluiu a sua intervenção reafirmando o empenho da Câmara Municipal em continuar a trabalhar em prol da população do concelho, com espírito de cooperação, responsabilidade e compromisso com a resolução dos problemas existentes, nomeadamente nas áreas da saúde, da educação, da cultura e da participação cívica.

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, mencionando que o Senhor Presidente afirmou inicialmente que a saúde não era da sua responsabilidade, depois disse que não foi envolvido na decisão sobre o Centro de Saúde, mas mais tarde reconheceu ter trocado e-mails e ter conhecimento do processo, referindo que já era um projeto do Governo anterior. No entanto, ficou claro que teve conhecimento do encerramento do Centro de Saúde de Vila Franca das Naves e, até hoje, não conseguiu resolver a reinstalação do mesmo noutra local. Assim, a pergunta que se coloca é: quando e onde será reaberto o Centro de Saúde? -----

--- Em resposta, o Presidente do Município afirmou que, até à data, não recebeu qualquer comunicação oficial da ULS da Guarda ou do Ministério da Saúde relativamente às obras de requalificação do Centro de Saúde de Vila Franca das Naves. Garantiu que a iniciativa partiu da própria Câmara, que se encontra totalmente disponível para colaborar, disponibilizando instalações e equipamentos necessários. Reforçou que não admite o encerramento, mesmo que provisório, salvo se houver indicação da entidade reguladora da saúde a declarar a inadequação das atuais instalações. Mantém-se confiante, acreditando que a solução estará para breve. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, informando o Senhor Presidente que respeita a sua resposta anterior, mas insiste numa questão que considera pertinente: a fraca presença da população na sessão comemorativa do 25 de Abril, considerando esta ausência grave do ponto de vista político, cultural e cívico, sublinhando que Trancoso tem população com sensibilidade cultural e artística. Esclareceu que a crítica não se dirigia aos representantes institucionais, deputados, presidentes de junta ou membros da Assembleia, compreendendo que compromissos pessoais ou profissionais possam justificar ausências, mas sim à falta de participação do cidadão comum. Lamentou que a mobilização popular se verifique com facilidade em eventos festivos, como festas, sardinhas ou provas de ciclismo, mas não em iniciativas com forte valor simbólico e democrático. Destacou que só valoriza verdadeiramente a liberdade quem, em algum momento, a sentiu ausente ou negada. Terminou com um apelo à unidade de todos, independentemente de terem nascido antes ou depois do 25 de Abril, reforçando que todos devem remar no mesmo sentido na

defesa da liberdade, da democracia e das conquistas de Abril, contribuindo para um Portugal mais coeso, justo e progressista. -----

--- Em resposta. o Presidente do Município concordou com as palavras do Deputado Mário Gonçalves, sublinhando que a Câmara, ao organizar atividades, valoriza a participação dos cidadãos, tal como a Assembleia Municipal certamente aprecia a presença dos seus deputados, realçando que cada um é responsável pelas suas atitudes. Recordou que muitos Portugueses já nasceram após o 25 de Abril e não viveram os tempos anteriores, conhecendo apenas o Portugal democrático, reforçando que a liberdade e a democracia exigem cuidado e defesa diária, reconhecendo a situação como lamentável. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela clareza na apresentação das diligências da Câmara Municipal para garantir a manutenção do serviço de saúde em Vila Franca das Naves. Reconheceu a preocupação da população e dos deputados do PSD, justificando essa apreensão com antecedentes de encerramentos de serviços durante anteriores governos do PSD, como os tribunais da Mêda e de Fornos de Algodres, bem como a linha ferroviária da Beira Baixa entre a Guarda e a Covilhã, que, posteriormente, foram reabertos pelo PS. Concluiu afirmando que confia nas ações da Câmara Municipal e que, por isso, os Vila-Franquenses e os habitantes do sul do concelho não ficarão privados do acesso ao serviço de saúde. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal comentou a participação nas comemorações do 25 de Abril, destacando a elevada adesão ao concerto promovido pela Câmara Municipal no dia 24, que encheu completamente o auditório do Convento de São Francisco. Em contraste, lamentou a fraca participação na sessão evocativa do dia 25, inclusive por parte de deputados da Assembleia Municipal, embora tenha reconhecido que, em democracia, a participação é voluntária. Recordou experiências pessoais vividas em tempos do regime anterior, em que a presença em atos públicos era obrigatória, refletindo sobre a importância de valorizar os direitos e liberdades conquistados com o 25 de Abril. Sublinhou que os oradores da sessão evocativa, pelo tempo e dedicação investidos nos seus discursos, mereciam maior atenção e participação por parte do público e dos representantes eleitos, sugerindo uma reflexão sobre a forma como hoje se valoriza a democracia. De seguida, informou que terminado o período de antes da ordem do dia, se iria passar ao **ponto um** da ordem de trabalhos. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente do Município informou que durante os meses de março e abril, apesar de se terem registado períodos com alguma precipitação, os serviços municipais, tanto os externos como os administrativos, estiveram à altura das exigências, assegurando uma resposta eficaz. A cidade manteve-se bem cuidada, limpa, com recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos e a funcionar de forma eficiente. Destacou uma ação de sensibilização promovida pela Câmara Municipal, no dia 11 de março, antes do mercado da sexta-feira Santa, junto dos feirantes, com entrega de folhetos e sacos destinados à separação de resíduos, nomeadamente plásticos e cartão, realçando que a ação decorreu de forma positiva. Foram realizadas intervenções de reposição de calçadas e correção de buracos no centro histórico, nomeadamente os causados por ruturas efetuadas pelas Águas da Teja. Foi efetuada a poda de árvores, trabalho que normalmente demorava três a quatro semanas, foi concluído em três a quatro dias, com um

custo de 9.500,00€ (nove mil e quinhentos euros). Durante este período, o Município apoiou diversos eventos, incluindo o Carnaval, a Feira do Fumeiro, e um exercício militar que decorreu ao longo de uma semana com a participação de 200 militares numa preparação para uma missão na Roménia em junho. Parte da equipa esteve alojada no Pavilhão Multiusos, enquanto os restantes (cerca de 150 a 160 militares), ficaram instalados no campo, na zona entre as eólicas de Castaíde e Moreira de Rei, tendo os militares elogiado a hospitalidade desta terra. A autarquia colaborou também na realização de algumas festas nas localidades de Rio de Mel, Moimentinha e Ameal, participou na BTL e nas comemorações do 25 de Abril, bem como na cerimónia de ordenação episcopal de Dom José Miguel. Quanto às obras, destacou a requalificação do espaço dos Paços do Concelho, cuja inauguração está prevista para a primeira quinzena de junho, informando que o interior se encontra praticamente concluído, restando apenas a colocação de mobiliário e o arranjo do passeio envolvente, incluindo os degraus e a rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida. Foi lançado o concurso para requalificação do parque infantil e do polidesportivo do Parque Municipal, estando já concluída a requalificação do parque infantil da escola da Ribeirinha. No que respeita à rede viária, a pavimentação do ramal de Carapito foi finalmente efetuada. A obra de abastecimento de água à localidade dos Montes está em execução, antecedendo a futura pavimentação. A pavimentação do caminho das Hortas, em Vila Franca das Naves, encontra-se igualmente preparada para breve execução. O projeto do Museu da Cidade foi adjudicado, com contrato assinado no dia 9 de abril e com início de trabalhos previsto até ao dia 15 de maio. Também foi adjudicada a obra de requalificação e consolidação das Portas do Carvalho e de parte da Muralha. Relativamente ao loteamento de Nossa Senhora da Fresta, o concurso para construção de 9 moradias foi lançado, com o prazo inicial de entrega até 1 de maio, foram, entretanto, solicitados esclarecimentos adicionais por parte de concorrentes, o que irá prolongar o prazo do concurso em conformidade com os dias de resposta. No âmbito da Proteção Civil, realizaram-se várias reuniões com os Bombeiros e com a Guarda Nacional Republicana. Destacou uma reunião importante com o IHRU, no âmbito da CIM, na Guarda, que permitiu desbloquear o procedimento necessário para o concurso das 9 moradias acima referidas. Terminou referindo a situação financeira, onde as taxas de execução orçamental nesta fase do ano são equivalentes às dos anos anteriores, com a receita ligeiramente superior e a despesa também ligeiramente superior ao verificado em igual período de 2024. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, referindo que no dia 20 de fevereiro, foi lançado um procedimento para atribuição de um lote na área de acolhimento da nova zona empresarial de Trancoso, a qual não consta do relatório de atividade apresentado. Não há informação sobre o lançamento, abertura, encerramento do procedimento, nem sobre o seu desfecho. Nesse sentido solicita-se informação sobre o ponto de situação da atribuição do referido lote, nomeadamente se já houve adjudicação, se foi apresentada alguma reclamação e, em caso afirmativo, qual o estado atual dessa reclamação. Demonstrou preocupação quanto ao número de lotes existentes na zona empresarial, alguns já adjudicados e outros ainda não, bem como quanto aos lotes adjudicados que permanecem por edificar, questionando se o Município pondera ou não o exercício da cláusula de reversão nesses casos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, referindo que no exercício das suas funções

enquanto deputado municipal, para além de procurar esclarecimento de assuntos é também importante apresentar sugestões e contribuir para soluções. Nesse sentido e tendo sido mencionadas as piscinas municipais, foi sugerido ao Executivo que avalie a possibilidade de requalificação dos courts de ténis existentes naquela área. Propôs, a título de sugestão construtiva, que o Município considere a criação de um campo de Padel outdoor, desporto que está atualmente em crescimento em várias zonas do país, referindo a existência de estruturas semelhantes em Vila Nova de Foz Côa e na Guarda, embora sejam privadas, realçando que esta infraestrutura poderia representar uma mais-valia na oferta desportiva municipal e um contributo positivo para a promoção da prática desportiva junto da população. -----

--- Interveio o membro da Assembleia, Mário Gonçalves, dirigindo uma questão ao Senhor Presidente da Câmara relativamente ao projeto de requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, cuja revisão foi mencionada na sua intervenção. Recordou a reunião de apresentação do projeto no Centro Cultural Miguel Madeira e questionou se admite, ou não, incorporar no projeto as correções sugeridas pelos fregueses da localidade nessa ocasião. Em segundo lugar, fez referência à adjudicação da obra de requalificação do Palácio Ducal / Museu da Cidade de Trancoso, perguntando qual o prazo contratual da obra e quantos concorrentes participaram no respetivo concurso público. -----

---Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Palhais, João Santos, referindo que, embora o tema principal da sua intervenção não fosse a educação, este será retomado na próxima Assembleia Municipal, dado não dispor, ainda, dos dados corretos sobre o ranking escolar. Indicou ter conhecimento de progressos no Agrupamento de Escolas, contestando a posição n.º 385 e apontando antes a n.º 197, sugerindo que o tema seja esclarecido em sede de Conselho Municipal de Educação. Assinalou a urgência de melhorar a cobertura da rede digital na zona da Ribeirinha em Palhais, considerando inadmissível a situação atual, apesar da fibra ótica já instalada. Apelou ao empenho do Município na ativação do serviço, citando como exemplo positivo a zona de Aguiar da Beira. Lamentou ainda uma falha geral no fornecimento de energia elétrica que afetou a região, sublinhando o paradoxo de se viver rodeado por infraestruturas de produção de energia renovável, como eólicas e fotovoltaicas, e ainda assim ser afetado por cortes energéticos em pleno século XXI. Manifestou preocupação com a dependência energética externa e apelou a um esforço conjunto para prevenir ocorrências semelhantes no futuro. -----

--- Em resposta, o Senhor Presidente de Câmara respondeu ao Deputado João Rafael, informando que o lote em questão foi novamente colocado em hasta pública, uma vez que o Município exerceu a cláusula de reversão sobre o mesmo, estando também a ponderar aplicar esse mecanismo noutros lotes em condições semelhantes. Informou, no entanto, que a decisão final não lhe compete, sendo responsabilidade do júri do procedimento, adiantando que, segundo informação recebida do Chefe de Divisão, o relatório final do procedimento já foi entregue, tendo existido uma reclamação. Contudo, o júri manteve a exclusão da proposta apresentada por um cônjuge de titular de outro lote, o que viola as normas do procedimento. Respondeu ao Deputado Joaquim Cavaca, referindo que se encontra em curso o processo de requalificação das piscinas exteriores, com vista a melhorar as condições para a prática da natação já no próximo verão. Em relação à sugestão de requalificação dos campos de ténis e eventual criação de um campo de Padel,

reconheceu tratar-se de uma modalidade em crescimento, mostrando abertura para considerar essa proposta, condicionando-a, no entanto, à disponibilidade financeira do Município. Quanto à intervenção do Deputado Mário Gonçalves, sobre a requalificação do Palácio Ducal /Museu da Cidade de Trancoso, informou que o concurso público contou com pelo menos duas propostas abaixo do preço base de 3.429.402,32€ (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dois euros e trinta e dois cêntimos), sendo a proposta vencedora apresentada pela empresa Edibeiras, no valor de 3.178.923,05€ (três milhões, cento e setenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros e cinco cêntimos). Referiu que, apesar do desejo de inaugurar o espaço o mais brevemente possível, os prazos de obra devem ser respeitados. Destacou que a obra do projeto das muralhas já foi adjudicada no valor de 966.105,00€ (novecentos e sessenta e seis mil, cento e cinco euros) e que o projeto do loteamento está em fase de concurso público, com um valor base de 1.192.574,00€ (um milhão, cento e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e quatro euros). Todos estes projetos contam com financiamento do PRR e do Portugal 2030, sendo o valor total destes investimentos de 5.666.000,00€ (cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil euros). Relativamente ao projeto de requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves, confirmou que irá avançar, lembrando que apesar das críticas iniciais, muitas vezes os projetos do Município acabam por ser bem-sucedidos e valorizados pela população, como sucedeu com o Centro Escolar da Ribeirinha, o Centro de Recolha Oficial de Animais, o Centro de Inovação e Desenvolvimento Social, e o Espaço Trancoso Invest. Referiu, ainda, que o gabinete responsável pela revisão do projeto do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves — o GEAT – Engenharia e Arquitetura em Celorico da Beira, elogiou o projeto numa visita técnica. Em relação à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Palhais sobre a cobertura de fibra ótica, reconheceu as dificuldades e partilhou que já abordou o tema com o Presidente da Junta. Embora o Centro Escolar da Ribeirinha tenha boa cobertura, a sede da Junta, a apenas 100 a 200 metros, não tem acesso adequado à internet. Informou que foi lançado, há cerca de um ano e meio, um concurso público internacional para resolver problemas de cobertura digital a nível nacional, desconhecendo o ponto atual e comprometendo-se a obter informações atualizadas e transmiti-las posteriormente ao Presidente da Junta e aos Deputados Municipais. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Palhais, João Santos, solicitando esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à organização do próximo ato eleitoral na localidade de Palhais, questionando se, à semelhança de eleições anteriores, este continuará a realizar-se no Centro Escolar da Ribeirinha ou se serão assegurados os meios técnicos necessários, nomeadamente fibra ótica e cobertura digital, para que o ato possa decorrer na sede da Junta de Freguesia, conforme está atualmente referenciado. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia informou que se encontra concluído o primeiro ponto da ordem do dia, de seguida deu início ao **ponto dois**, mencionando que, como habitual, o inventário está disponível para consulta. Não tendo havido inscrições para intervenção nesse ponto, passou-se ao **ponto três**. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara destacou que o ano de 2024 foi marcado por um

contexto internacional e nacional difícil, com incertezas e conflitos que afetaram diretamente o Município de Trancoso. Apesar dessas adversidades, a autarquia continuou a trabalhar com empenho e determinação, servindo da melhor forma possível as populações. Recordou, ainda, que ocorreram as eleições legislativas antecipadas em 10 de março de 2024 e que o novo Governo só entrou em funções a 2 de abril de 2024, o que resultou em alguns atrasos na tomada de decisões, nomeadamente em relação à candidatura para a requalificação do parque escolar, sobre a qual ainda não houve comunicação oficial. Em termos financeiros, o orçamento municipal de 2024 foi condicionado por vários encargos judiciais, nomeadamente os acordos relativos à Zona Industrial do Reboleiro no valor de 335.000,00€ (trezentos e trinta e cinco mil euros), ao Mercado Grossista no valor de 215.000,00€ (duzentos e quinze mil euros) e ao arruamento em Vila Novinha no valor de 625.000,00€ (seiscentos e vinte e cinco mil euros), totalizando um montante de 1.175.000,00€ (um milhão, cento e setenta e cinco mil euros) em encargos judiciais. Adicionalmente, foi resolvida a situação da Parceria Público-Privada (PPP), tendo sido obtido o visto para a resolução do problema a 31 de outubro de 2024. Apesar das dificuldades, o Município manteve uma gestão rigorosa e realista, destacando a manutenção das taxas mínimas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o apoio contínuo a diversas áreas, como a educação, associações culturais, desportivas e recreativas, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), bombeiros voluntários e proteção civil. O trabalho em conjunto com as associações de sapadores florestais foi também sublinhado, destacando a redução de incêndios rurais no concelho nos últimos anos. Foram realizadas diversas obras e lançados projetos importantes, com destaque para a requalificação de arruamentos em várias localidades, como À-do-Cavalo, À-dos-Ferreiros, Esporões, Fiães, Granja e Vila Franca das Naves, além da requalificação da rede viária municipal. Mencionou a requalificação dos Paços do Concelho, o lançamento do concurso do Museu da Cidade, a adjudicação da requalificação das muralhas e das Portas do Carvalho, o loteamento de Nossa Senhora da Fresta, a requalificação do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves e a aprovação da candidatura de requalificação do Parque Escolar. Destacou a realização de eventos culturais e feiras com forte retorno económico para o concelho, assim como o aumento do número de turistas, com 37.963 visitantes ao Castelo de Trancoso, o que representa um aumento de mais 2.600 visitantes em relação ao ano anterior, com uma média de mais de 100 visitantes por dia. Esse aumento no turismo resultou também na abertura de alojamentos locais e novos espaços de restauração de qualidade no concelho. Relativamente à execução orçamental de 2024, informou que a receita líquida cobrada foi de 20.574.632,76€ (vinte milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois euros e setenta e seis cêntimos), o que representa um aumento de 2.416.493,33€ (dois milhões, quatrocentos e dezasseis mil, quatrocentos e noventa e três euros e trinta e três cêntimos), em relação ao ano anterior. A despesa paga foi de 16.535.525,25€ (dezasseis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco euros e vinte e cinco cêntimos) com um acréscimo de 1.582.691,59€ (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e um euros e cinquenta e nove cêntimos). O saldo orçamental foi de 4.039.107,51€ (quatro milhões, trinta e nove mil cento e sete euros e cinquenta e um cêntimos). A receita corrente foi de 14.051.922,01€ (catorze milhões, cinquenta e um mil, novecentos e vinte e dois euros e um cêntimo) e a despesa corrente foi de

11.773.904,92€ (onze milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e quatro euros e noventa e dois cêntimos), resultando em um saldo positivo da receita corrente de 2.278.017,09€ (dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, dezassete euros e nove cêntimos). O montante total de empréstimos foi de 9.476.582,00€ (nove milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e oitenta e dois euros), incluindo 6.700.000,00€ (seis milhões e setecentos mil euros) relativos à reestruturação da PPP. A taxa de execução da receita foi de 90%, superior aos 82% do ano anterior, e a taxa de execução da despesa foi de 73%, superior aos 69% do ano passado. O prazo médio de pagamento foi de 7 dias, mostrando uma melhoria contínua na gestão financeira. Concluiu destacando que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o Município de Trancoso está mais forte, com os Trancosenses a demonstrar maior autoestima e confiança. Expressou também o seu orgulho em continuar a servir o concelho, reconhecendo que, ao longo dos anos, Trancoso tem melhorado significativamente, e que os resultados alcançados são fruto do trabalho de todos os Trancosenses. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Rafael Figueiredo, analisando as contas do exercício de 2024, revelando a continuidade do elevado nível de endividamento do Município de Trancoso após 12 anos de governação pelo Partido Socialista. Em 2013, a dívida municipal ascendia a 11.236.699,00€ (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove euros), valor publicado na Revista Municipal de maio de 2024. A 31 de dezembro de 2024, segundo documentos oficiais, a dívida era de, apenas em empréstimos bancários, valor ao qual acrescem mais 2.250.000,00€ (dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros) relativos a financiamentos para o Palácio Ducal e o Largo do Mercado de Vila Franca das Naves. O total da dívida atualiza-se, assim, para 13.400.042,22€ (treze milhões, quatrocentos mil, quarenta e dois euros e vinte e dois cêntimos). Saliou que o PS tenta justificar parte desta dívida com a governação anterior, contudo, desde 2013 até 2025, o Município recebeu cerca de 120.000.000,00€ (cento e vinte milhões de euros) provenientes do Orçamento de Estado, que passou de aproximadamente 6.400.000,00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros) em 2013 para 13.128.560,00€ (treze milhões, cento e vinte e oito mil quinhentos e sessenta euros) em 2025. Questionou como é que em 12 anos, não foi possível liquidar 6.000.000,00€ (seis milhões de euros) da dívida, o que equivaleria a apenas 41.000,00€ (quarenta e um mil euros) por mês. Criticou a ausência de obras estruturantes e impactantes para os Trancosenses, bem como a falta de execução de diversas GOPs (Grandes Opções do Plano), como novas redes de saneamento, intervenções nas zonas de Castaíde, Vale de Mouro, Rio de Mel, ampliação do cemitério de Trancoso, e planos de pormenor da Barragem da Teja e das zonas industriais da Ribeirinha, Vila Franca das Naves e o Planalto do São Marcos. Apontou também o atraso na requalificação do parque escolar, cuja candidatura, aberta desde 2022, foi submetida apenas no final de 2024, sem ainda haver resultados conhecidos em abril de 2025. Foram ainda referidas ineficiências em projetos como a urbanização da Senhora da Fresta, os apartamentos das Courelas, e as empreitadas no Castelo (com a Torre de Menagem ainda encerrada) e em Moreira de Rei, com 28 procedimentos concursais. Mencionou também a negligência nas freguesias, nomeadamente em Vila Franca das Natas, incluindo o encerramento do Centro de Saúde. Concluiu que em 2024, a governação foi meramente de gestão corrente, com algumas GOP's a apresentar taxa de execução de 0%. Criticou a falta de visão e de obra nova, atribuindo à presidência um "cognome" simbólico: o de

"Presidente das Requalificações", pelas intervenções em rotundas, jardins, estradas e pintura de edifícios públicos, como o mercado, o antigo quartel da GNR e os Paços do Concelho. Terminou realçando que Trancoso merece mais e melhor. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, questionou o Senhor Presidente sobre o número total de concorrentes à empreitada, sem receber uma resposta direta. Foi esclarecido que duas empresas apresentaram propostas acima da base e duas abaixo. A questão também incluiu o prazo contratual da empreitada, que ainda não foi abordado. Em relação à aprovação das candidaturas para as três escolas, foi mencionado que a situação financeira ainda não está resolvida, com o atraso sendo o principal fator de indefinição. Reconheceu-se o impacto do estudo de viabilidade sísmica no cronograma, mas destacou-se a falta de antecipação e preparação como o maior obstáculo. Mário Gonçalves lembrou que, ao assumir funções, alertou que o concelho precisava de projetos prontos e dotação orçamental disponível para aproveitar as aberturas de candidaturas a tempo. Também destacou o atraso em outros projetos, como o dos Paços do Concelho, as habitações das Courelas e o IHRU, que atrasaram a execução das obras. As três escolas em questão representam um investimento de mais de 7.000.000,00€ (sete milhões de euros), com potencial para dinamizar a economia local, gerar emprego temporário e estimular a fixação de população em Trancoso e Vila Franca das Naves. Reforçou as palavras do deputado João Rafael, afirmando que o município não apresenta uma situação financeira favorável, embora reconheça a realização de algumas obras e respeite a opinião do Executivo. A certidão apresentada na última reunião de câmara indicou que a dívida atual é superior à deixada pelo PSD em 2000. Embora haja possibilidade de redução da dívida com futuras candidaturas, os fundos do PRR estão esgotados, sendo a única opção viável uma reprogramação pelo Governo ou o financiamento pelo Banco Europeu de Investimentos, em articulação com a Câmara. Concluiu com uma nota de esperança para o futuro do concelho, independentemente do partido vencedor nas eleições de setembro, expressando o desejo de que Trancoso continue a crescer nas áreas da educação e outros setores civis, pois "Trancoso merece" e "tem pujança". Destacou ainda a importância de Vila Franca das Naves, como "braço direito do desenvolvimento", cujo progresso deve ser mantido, com especial atenção ao auge vivido na década de 1970. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Joana, começando por abordar a questão da liberdade de expressão, referindo que esta deve ser exercida com rigor, especialmente quando se utilizam termos ambíguos. A título de exemplo, destacou o uso da palavra "alguma" por parte do Partido Social Democrata (PSD), que afirmou que "alguma" parte da dívida municipal é da sua responsabilidade, contrapondo essa expressão, lembrando que, segundo a gramática da língua portuguesa, "alguma" é um determinante ou pronome indefinido e portanto, inadequado neste contexto. Esclareceu que 77% da dívida atual do Município de Trancoso provém do período em que a Câmara foi liderada pelo Dr. Júlio Sarmiento, do PSD, e apenas 23% (ou até menos) corresponde ao período em que o Partido Socialista esteve à frente do Executivo Municipal. Sublinhou ainda que, nas palavras de diversos membros do PSD, essa dívida resultou de um "ótimo acordo", o que permitiu evitar que os valores fossem mais elevados. Prosseguiu respondendo à crítica de que o atual Executivo se limitou a "pintar paredes", afirmando tratar-se de uma visão deturpada e redutora

da realidade. Referiu as obras estruturantes levadas a cabo pelo atual executivo municipal, nomeadamente o Centro Escolar da Ribeirinha, que não existia antes e que não se tratou de uma simples requalificação. Indicou também a criação e requalificação da área de acolhimento empresarial, que também não existia. Questionou ainda se alguém que tenha entrado no espaço hoje existente no antigo quartel da GNR consideraria que se trata apenas de “pintar as paredes”. A este propósito, deu o exemplo do Mercado Municipal de Trancoso, onde se encontra semanalmente o Sr. José Francisco, referindo que quem trabalha naquele espaço todas as sextas-feiras poderá testemunhar que as melhorias realizadas vão muito além de simples intervenções superficiais. Mencionou ainda a requalificação do edifício da Câmara Municipal de Trancoso, reiterando que não se limitou à pintura, mas envolveu intervenções estruturais significativas. Sublinhou que estas obras são visíveis e que a sua concretização não pode ser ignorada ou minimizada. Concluiu reforçando que a visão do Partido Socialista é objetiva e sustentada por dados concretos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando uma reflexão sobre o valor da democracia e da liberdade de expressão, destacando que, apesar da retórica utilizada por alguns membros nesta Assembleia, o mais importante é a seriedade e a clareza com que se discutem os assuntos públicos. A propósito da afirmação anterior de que “77% da dívida do município provém da gestão do PSD e 23% da atual gestão socialista”, afirmou que considera essa divisão imprecisa e, na sua opinião, os dados não estão corretamente apurados, podendo mesmo representar uma repartição mais equitativa, como 50%-50%. Referiu que, sendo Trancosense, de alma e coração há 25 anos, pôde assistir ao desenvolvimento do concelho ao longo dos mandatos de vários presidentes de Câmara, nomeadamente o Dr. Júlio Sarmento, cuja ação reconhece como estruturante para Trancoso, bem como a do atual Presidente, Amílcar Salvador, a quem reconhece mérito e seriedade na condução das suas funções. Afirmou que ambos, cada um ao seu tempo, deixaram e deixarão uma “marca”, com obra feita e contributo relevante para o progresso do concelho. Deixou claro que não concorda com discursos que utilizam “falsas questões” para desinformar os munícipes, sublinhando que todos os eleitos têm o dever de falar com verdade e seriedade e não apenas recorrer à retórica política. Defendeu que os deputados municipais devem atuar com responsabilidade, olhos nos olhos, sendo voz ativa junto da população e nos órgãos deliberativos, questionando e fiscalizando de forma isenta e objetiva. Referiu também a necessidade de uma análise séria sobre o desinvestimento na educação no concelho, apontando o exemplo do Centro Escolar da Ribeirinha e alertando para o risco de não haver alunos suficientes no futuro, caso se mantenha o atual contexto de êxodo populacional, lamentando que, segundo a sua experiência e testemunhos, alguns professores tenham optado por sair de Trancoso devido à alegada má qualidade de ensino em certos contextos. Criticou ainda a forma como algumas direções escolares são constituídas, considerando que há práticas que podem politizar esses órgãos, com diretores a selecionar equipas de forma pouco transparente. Terminou reforçando a importância do diálogo franco entre todas as forças políticas, defendendo que, acima de qualquer filiação partidária — seja PS, PSD, CDS ou Chega, todos são, antes de mais, cidadãos com responsabilidade no presente e no futuro de Trancoso. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, começando por referir que, sendo da área das letras e

tendo seguido o ramo do Direito, não possui formação em contabilidade, embora sempre tenha tido facilidade em contas racionais e matemática básica. Referiu que, apesar de não dominar a contabilidade, entende que os 23% de responsabilidade da atual Câmara na dívida do município, mencionados pelo Deputado Daniel Joana, não correspondem à realidade, considerando que esse valor poderá ser, na prática, muito inferior, talvez até negativo, e sustentou essa afirmação com base nas explicações anteriormente dadas pelo Deputado João Paulo Matias sobre os pagamentos de dívidas herdadas da gestão anterior, nomeadamente a empreiteiros e outras entidades. Reforçou que não está em causa o mérito da infraestruturação realizada durante os mandatos do Dr. Júlio Sarmento, conforme já foi reconhecido também pelo Deputado Joaquim Cavaca, mas entende que ao contabilizar o montante que a atual gestão socialista pagou relativamente a dívidas anteriores, mencionando cerca de 2.500.000,00€ (dois milhões e meio de euros), a Câmara liderada por Amílcar Salvador não deixará uma dívida correspondente a 23% do total, pelo contrário, defendeu que, se não tivesse sido necessário saldar compromissos antigos, a atual gestão poderia ter deixado um superavit nas contas municipais. Acrescentou que, caso tivesse existido margem orçamental, esse eventual superavit teria sido canalizado para novos investimentos, como, por exemplo, a construção de um pavilhão multiusos em Vila Franca das Naves ou outras obras estruturantes para o concelho. Finalizou rejeitando a narrativa de que o PS teria colocado a autarquia em bancarrota e recordando com nostalgia a liderança do ex-primeiro-ministro António Costa, a quem reconheceu grande capacidade política. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município respondeu à intervenção do Deputado João Rafael, classificando-a como uma reprodução da declaração de voto dos vereadores do PSD/CDS-PP, na Câmara Municipal, apontando que, apesar das críticas, esses vereadores acabaram por se abster. Considerou a intervenção demagógica, fantasiosa e desconectada dos documentos em análise, acrescentando que a avaliação de 12 anos de mandato é precipitada, pois ainda faltam diversos investimentos, procedimentos e inaugurações até ao fim do mandato. Recordou que, em 2013, no início do atual ciclo político, a situação financeira da Câmara era extremamente grave, afirmando que “nem para comprar um prego havia dinheiro”, que não existiam fundos disponíveis no segundo semestre de 2013 e que qualquer despesa implicava riscos sérios. Destacou que a Câmara estava no limite do endividamento e impossibilitada de contrair novos empréstimos. Referiu que a dívida registada era de 11.236.000,00€ (onze milhões, duzentos e trinta e seis mil euros), mas que não incluía cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) em obras não contratualizadas que originaram 22 ações judiciais, incluindo intervenções em localidades como Rio de Moinhos, Moimentinha, Á-do-Cavalo, Benvende, Esporões, Vale de Mouro e outros. Acrescentou ainda 9.500.000,00€ (nove milhões e quinhentos mil euros) relativos a uma PPP, totalizando cerca de 26.000.000,00€ (vinte e seis milhões de euros) em responsabilidades. Sublinhou que a atual gestão teve de resolver todas essas situações com esforço e negociação, com orgulho nos resultados obtidos. Relativamente à dívida atual, informou que, de acordo com o relatório e contas de 31 de dezembro, a dívida da Câmara é de 10.714.475,00€ (dez milhões, setecentos e catorze mil, quatrocentos e setenta e cinco euros), estando hoje tudo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos e outro banco. Considerou esta situação uma melhoria significativa, tendo em conta que o orçamento atual ronda cerca de 26.000.000,00€

(vinte e seis milhões de euros), com uma taxa de juro média de apenas 0,35% ao longo dos últimos 10 anos. Mencionou a transformação do concelho com investimentos estruturantes como a requalificação da Câmara Municipal, do espaço Trancoso Invest, da antiga escola primária agora Centro de Inovação, das lojas e infraestruturas da praça e das redes viárias, incluindo mais de 25 estradas municipais. Realçou a concretização do Centro Escolar da Ribeirinha, o apoio aos bombeiros, a área de acolhimento empresarial e a instalação de empresas como o Pingo Doce. Na vertente cultural e social, apontou o crescimento exponencial da oferta e apoio, com eventos como a Feira do Fumeiro, Bodas Reais e Feira de S. Bartolomeu, o reforço no apoio às associações e juntas de freguesia, a criação de campos sintéticos e o apoio sistemático a centros de dia e idosos. Destacou também o forte investimento na educação, desporto, cultura e setor social. No plano económico, sublinhou que Trancoso se encontra em segundo lugar, a seguir à Guarda, no ranking de concelhos com maior número de PME Líder e PME Excelência, segundo dados do IAPMEI, demonstrando a capacidade de atração de investimento e dinamismo empresarial do concelho. Finalizou apelando à seriedade no debate político e rejeitando abordagens demagógicas, defendendo que os resultados são visíveis para quem quiser ver. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com dez abstenções e vinte e oito votos a favor. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Leocádio, apresentando uma declaração de voto em nome da bancada do PS: “O Grupo Municipal do PS expressa o seu voto favorável à aprovação do relatório de gestão referente ao exercício económico 2024 do Município de Trancoso. Reconhecemos o rigor na elaboração do documento, a transparência na exposição dos resultados e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis às autarquias locais. O Relatório reflete uma gestão prudente e responsável dos recursos públicos, num contexto económico e político de elevada instabilidade nacional e internacional, conseguindo, ainda assim, assegurar a continuidade dos serviços públicos, o apoio às populações e o investimento em projetos estruturantes. É de salientar o aumento da receita líquida cobrada, em 13,31%, a manutenção do equilíbrio orçamental, com um saldo para a gerência seguinte superior a 4 milhões de euros, e o esforço na redução da dívida do passado, através da liquidação de encargos herdados de execuções judiciais anteriores. Além disso, verifica-se uma significativa aposta na requalificação do património municipal, na melhoria das infraestruturas básicas, no apoio às freguesias e no fortalecimento do tecido social e económico local. O ano 2024 ficou marcado por conquistas relevantes, como a aposta clara no investimento público estruturante, nomeadamente em projetos de requalificação dos equipamentos escolares, e projetos de base para habitação municipal e a requalificação viária. Bem como o investimento no património cultural, com destaque para a reabilitação do Palácio Ducal e a intervenção na Muralha de Trancoso. A nível económico e social, o Município garantiu a continuidade e o reforço dos apoios às famílias e ao movimento associativo, manteve a taxa mínima de IMI e prescindiu da receita de 5% do IRS para aliviar a carga fiscal dos munícipes, medidas fundamentais para a proteção dos mais vulneráveis num contexto inflacionista. A gestão municipal demonstrou resiliência, investindo de forma estratégica apesar das dificuldades provocadas pelo atraso na aprovação de fundos do PRR e do Portugal 2030, pela guerra na

Europa e pelas incertezas políticas nacionais. A redução da dívida herdada de passivos antigos, como no caso da PACETEG SA, é outro marco que atesta a seriedade da governação. Financeiramente, destaca-se a execução orçamental responsável, com uma taxa de execução de receita superior a 90% e um crescimento da receita líquida para mais de 20 milhões de euros, consolidando uma base sólida, para novos investimentos no futuro. Perante estes factos, consideramos que o Executivo Municipal, liderado pelo Partido Socialista, tem sabido honrar o seu compromisso com os cidadãos de Trancoso, promovendo o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a modernização do concelho. Assim, manifestamos o nosso voto favorável e politicamente empenhado à aprovação do Relatório de Gestão de 2024. Face aos resultados apresentados, votamos favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão de 2024.” -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente referiu a estreita colaboração existente entre o Exército Português e o Município de Trancoso, considerando ser agora o momento oportuno para o Município homenagear condignamente o Exército, através da atribuição da mais alta distinção concelhia: a Medalha de Honra do Município de Trancoso. Recordou que esta medalha se destina a galardoar serviços notáveis prestados ao concelho de Trancos e à Nação, destacando-se os valores do Exército Português, como a honra, lealdade, disponibilidade, disciplina e coragem. Sublinhou ainda a forte ligação histórica do Exército à Batalha de Trancoso, bem como a sua presença anual nas cerimónias comemorativas desta efeméride, que ocorrem no dia 29 de maio. Informou que a Câmara Municipal já aprovou esta proposta de atribuição da Medalha de Honra ao Exército Português na reunião de Câmara realizada em 9 de abril, propondo que a Assembleia Municipal aprecie e vote favoravelmente esta proposta, adiantando que a entrega da distinção está prevista para o dia 29 de maio, no Pavilhão Multiusos de Trancoso, sendo enviada oportunamente a convocatória formal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, manifestando o seu apoio e associando-se à homenagem ao Exército Português proposta pelo Município, no entanto, deixou uma reflexão em aberto, recordando que Portugal possui também Forças Armadas de excelência na Marinha e na Força Aérea, que continuam a dar cartas a nível internacional, mesmo operando com equipamentos considerados obsoletos e de terceira geração. Sublinhou que existem bons soldados e oficiais em todos os ramos das Forças Armadas, e questionou, se a Marinha e a Força Aérea não ficariam eventualmente com ciúmes desta distinção atribuída apenas ao Exército. -----

--- No uso da palavra, o Senhor Presidente de Câmara respondeu que a atribuição da medalha de honra do Município ao Exército se justifica pela forte ligação histórica e institucional que o Município de Trancoso mantém com esta força militar. Referiu que compreende e reconhece o valor da Marinha e da Força Aérea, e que noutros contextos, tempos ou circunstâncias, poderão também vir a ser homenageadas. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou da implementação de pontos de carregamento de

veículos elétricos nas Aldeias Históricas de Portugal, mais especificamente em municípios como Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Idanha, Meda, Sabugal e Trancoso. A proposta procura promover a mobilidade urbana sustentável, alinhada com o crescimento e desenvolvimento das cidades, com destaque para a integração da inteligência digital e a aposta em tecnologias inovadoras. Neste contexto, a Câmara Municipal de Trancoso pretende aprovar a concessão do direito de utilização privativa do domínio público para a instalação e manutenção de pontos de carregamento. Este projeto será suportado pelas Aldeias Históricas, sendo que os espaços previstos para os carregadores elétricos estão próximos ao Centro Histórico, como por exemplo, junto à escultura de João Tição. Além disso, existem também outras possibilidades sobre a localização de outros pontos, como perto da Escola Profissional de Trancoso e da Avenida Calouste Gulbenkian. -----

--- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Palhais, João Santos, mencionando a crescente centralidade da tecnologia dos automóveis elétricos, alertando para a limitada autonomia destes veículos. Destacou a importância de não se restringirem os pontos de carregamento apenas às Aldeias Históricas, sublinhando que localidades como Palhais também têm valor histórico. Sugeriu a instalação de um posto de carregamento elétrico em Palhais, dada a sua localização geográfica estratégica entre Trancoso, Aguiar da Beira e Sernancelhe, visto haver a existência de um posto de transformação (PT), junto ao Centro Escolar da Ribeirinha, reforçando assim a acessibilidade e equidade territorial. -----

--- Não havendo mais inscrições para apreciação do ponto, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo a mesma sido aprovada unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município esclareceu que os pontos 6 e 7 da ordem de trabalhos são muito semelhantes, referindo que a certidão associada é, inclusive, idêntica. No entanto, destacou que o ponto 6 se refere unicamente à alteração do artigo 1.º dos estatutos da PACETEG, consistindo apenas na mudança da denominação social de PACETEG E.M., para PACETEG E.M./S.A. Recordou que, em 30 de abril de 2024, a Assembleia deliberou a dissolução e a sua imediata entrada em liquidação da PACETEG E.M. e aprovou o plano de internalização das atividades. Informou que o liquidatário designado, Dr. João Paulo Matias, tentou efetuar os registos legais na plataforma do IRN, tendo os mesmos sido recusados por divergência entre a denominação constante e a realidade estatutária da sociedade, que ainda figurava como PACETEG S.A.. Após diligências e análise jurídica, a Conservatória do Registo Comercial de Trancoso considerou necessária a alteração formal do artigo 1.º dos estatutos, para que a denominação passe para PACETEG E.M./S.A., viabilizando assim o registo da dissolução e da nomeação do liquidatário. Trata-se, portanto, de uma alteração meramente técnica, mas imprescindível para efeitos legais e administrativos. ---

--- O Presidente da Mesa informou que se encontravam abertas as inscrições para discussão do ponto. Não havendo inscrições foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto sete**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu o ponto 7, explicando que, devido à alteração da denominação da entidade de PACETEG, S.A. para PACETEG, E.M./S.A., torna-se necessário ratificar as

três deliberações anteriormente aprovadas: a dissolução imediata da empresa municipal PACETEG, a sua entrada em liquidação, a designação do respetivo liquidatário, e ainda a internalização da atividade da PACETEG no município de Trancoso, incluindo o correspondente plano de internalização. Esta ratificação visa permitir que o liquidatário possa concluir formalmente o processo de encerramento da empresa. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se encontravam abertas as inscrições para discussão do ponto. Não havendo inscrições foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida, informou que se iria passar ao **ponto oito**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que, conforme certidão enviada, a Câmara tem mantido um apoio regular e anual às Juntas de Freguesia, reconhecendo e valorizando o trabalho e as obras por estas desenvolvidas ao longo do ano. Referiu que, tradicionalmente, esse apoio ocorre em dois momentos distintos, um em abril e outro em junho ou setembro. Recordou que já existiu um apoio à União de Freguesias de Vila Franca das Naves que foi deliberado em fevereiro, sendo que, nesta fase, se propõe a atribuição de um apoio no valor de 8.000,00€ (oito mil euros) a cada uma das vinte e uma freguesias e uniões de freguesias do concelho. Acrescentou que, em junho, é habitual apresentar apoio adicional a Juntas de Freguesia com projetos em curso, sendo também habitual um reforço deste apoio anual no mês de setembro. -----

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto oito a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Não havendo intervenções, lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para que produza efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário